

# **Demonstrações Financeiras**

## **Avla Seguros Brasil S.A.**

31 de dezembro de 2021  
com Relatórios dos Auditores Independentes

# Avla Seguros Brasil S.A.

## Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021

### Índice

Relatório da administração .....	1
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.....	3
Parecer dos atuários auditores independentes .....	7
Anexo ao parecer dos auditores atuariais independentes.....	10
Balanço patrimonial .....	11
Demonstração do resultado .....	12
Demonstração do resultado abrangente .....	13
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	14
Demonstração do fluxo de caixa - método indireto.....	15
Notas explicativas às demonstrações financeiras .....	16

## *RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO*

Apresentamos o Relatório de Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras da Avla Seguros Brasil S.A. (doravante "Avla", "Seguradora" ou "Companhia"), com o Relatório dos Auditores Independentes, referente ao período de 1 de julho (data de início das atividades da Seguradora) a 31 de dezembro de 2021.

## *CONJUNTURA ECONÔMICA*

O exercício de 2021 foi marcado por desafios impostos pela crise sanitária gerada pela pandemia de Covid-19, que atravessou o seu momento mais crítico no primeiro semestre do ano. Já ao longo da segunda metade de 2021, o avanço substancial no processo de vacinação da população brasileira levou à retomada de setores econômicos até então paralisados. Entretanto, a emersão desse quadro mais promissor foi contraposta pelo cenário conturbado relacionado à inflação mais elevada e aos juros alcançando o campo contracionista. A escalada dos preços se mostrou mais persistente e disseminada e exigiu uma postura mais restritiva do Banco Central, que elevou a Selic em 725 pontos base ao longo do ano, passando de 2,0% em janeiro de 2021 para 9,25% em dezembro. Essa combinação pressionou a renda disponível das famílias e reduziu o espaço para um crescimento mais intenso do consumo de novos bens e serviços, fato que se refletiu na perda de vigor da atividade econômica no decorrer do ano.

Em relação ao mercado segurador, com base nas últimas informações disponíveis da CNseg Confederação Nacional das Empresas de Seguros Gerais, Previdência Privada e Vida, Saúde Suplementar e Capitalização, o valor total arrecadado pelo setor, à exceção de saúde suplementar e DPVAT, alcançou R\$ 303,4 bilhões no acumulado em doze meses encerrados em outubro de 2021, registrando crescimento de 12,55% na comparação com os doze meses anteriores.

Conforme dados da SUSEP - Superintendência de Seguros Privados, os ativos totais das seguradoras alcançaram R\$ 1.375,26 bilhões em novembro de 2021, apresentando crescimento de 6,27% em relação ao mesmo mês de 2020 e atingindo 15,99% do PIB acumulado em doze meses até novembro de 2021.

## *DESEMPENHO*

Em novembro de 2021, a AVLA iniciou suas primeiras emissões de apólice nos ramos de Crédito Interno e Garantia Segurado atingindo R\$ 398 em prêmio emitido e R\$ 376 em provisões técnicas. A Companhia encerrou o ano com prejuízo de R\$ 3.144 com prejuízo por ação de R\$ 0,12, fruto das iniciativas em curso com os objetivos e pilares da companhia em apoiar empresas de pequeno, médio e grande porte, fornecendo suporte abrangente por meio de serviços financeiros personalizados para contribuir com seu crescimento e bem-estar financeiro.

## *AGRADECIMENTOS*

Registramos nossos agradecimentos aos corretores e segurados pela parceria e confiança demonstradas, e aos funcionários e colaboradores que dedicação em nosso primeiro ano de atividade. Aproveitamos também para agradecer as autoridades ligadas às nossas atividades, em especial representantes da SUSEP.

São Paulo, 7 de março de 2022.

A Administração

## *DIRETORIA*

Felippe Kac Astrachan

Diretor Presidente

Robson Marques da Trindade  
Contador – CRC 1SP295751/O-2

Marcos Falcão  
Atuário – MIBA nº 893

## **Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras**

À  
Diretoria e Acionistas da  
**Avla Seguros Brasil S.A.**  
São Paulo – SP

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras da Avla Seguros Brasil S.A. (Seguradora), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de 1º de julho (data de início das atividades da Seguradora) a 31 de dezembro de 2021, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Avla Seguros Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período de 1º de julho a 31 de dezembro de 2021, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (Susep).

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Seguradora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor**

A administração da Seguradora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

## **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (Susep) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Seguradora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Seguradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião.
- A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Seguradora e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras.

- Ao planejar a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria.
- A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo.
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Seguradora.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Seguradora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Seguradora a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 7 de março de 2022

ERNST & YOUNG  
Auditores Independentes S.S.  
CRC-2SP034519/O-6

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'P. Paz', is written over a horizontal line.

Patrícia di Paula da Silva Paz  
Contadora CRC-1SP198827/O-3

## **Parecer dos atuários auditores independentes**

**Aos Acionistas e Administradores da**

**Avla Seguros Brasil S.A.**

**São Paulo - SP**

**CNPJ: 41.182.665/0001-40**

Examinamos as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações contábeis bem como os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da Avla Seguros Brasil S.A. (“Sociedade”), em 31 de dezembro de 2021, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – Susep e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

### **Responsabilidade da Administração**

A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração dos itens auditados definidos no primeiro parágrafo acima, elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e pelas bases de dados e respectivos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

### **Responsabilidade dos atuários auditores independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião estritamente sobre os itens relacionados no parágrafo de introdução a este parecer, com base em nossa auditoria atuarial, conduzidos de acordo com os princípios gerais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e também com base em nosso conhecimento e experiência acumulados sobre práticas atuariais adequadas. Estes princípios requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante.

Em particular quanto ao aspecto de solvência da Sociedade, nossa responsabilidade de expressar opinião refere-se estritamente à adequação da constituição das provisões técnicas e de seus ativos redutores de cobertura financeira relacionados, segundo normativos e princípios supracitados, bem como ao atendimento pela Sociedade auditada dos requerimentos de capital conforme limites mínimos estipulados pelas normas vigentes da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP, e não se refere à qualidade e à valoração da cobertura financeira tanto das provisões técnicas, líquidas de ativos redutores, como dos requisitos regulatórios de capital.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos referidos itens definidos no primeiro parágrafo acima. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera que os controles internos da Sociedade são relevantes para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

## **Opinião**

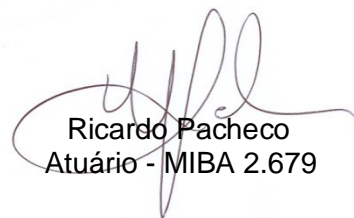
Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações contábeis e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da Avla Seguros Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2021 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as normas e orientações emitidas pelos órgãos reguladores e pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA.

## Outros Assuntos

No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos procedimentos selecionados sobre as bases de dados fornecidas pela Sociedade e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar segurança razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de procedimentos selecionados, com base em testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos e FIP (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da auditoria atuarial), para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

São Paulo, 7 de março 2022

ERNST & YOUNG Serviços Atuariais SS, CIBA 57  
CNPJ 03.801.998/0001-11



Ricardo Pacheco  
Atuário - MIBA 2.679

Endereço: Av.: Presidente Juscelino Kubitschek, 1909 - SP Corporate Tower Torre Norte andar 6 conj  
61, Vila Nova Conceição, CEP: 04543-907, São Paulo

## Anexo ao Parecer dos Atuários Auditores Independentes

(A publicação desse Anexo, juntamente com as Demonstrações Contábeis, é facultativa)

### Demonstrativo dos Valores Sujeitos à Auditoria Atuarial em 31/12/2021

<b>Provisões Técnicas</b>	<b>Em Milhares de R\$</b>
Provisão de Prêmios Não Ganhos	371
Provisão de Sinistros a Liquidar	-
Provisão de Sinistros Ocorridos e Não Avisados	6
Provisão de Despesas Relacionadas	-
Provisão Complementar de Cobertura	-
<b>Total de Provisões Técnicas</b>	<b>377</b>

<b>Valores Redutores da Cobertura Financeira das Provisões Técnicas</b>	<b>Em Milhares de R\$</b>
Ativos de Resseguro/Retrocessão Redutores de IBNR	2
Ativos de Resseguro/Retrocessão Redutores de PCC	-
<b>Total de Valores Redutores de Provisões Técnicas</b>	<b>2</b>

<b>Patrimônio Líquido Ajustado e Capital Mínimo Requerido</b>	<b>Em Milhares de R\$</b>
Patrimônio Líquido Ajustado – PLA (a)	13.694
Capital Base (b)	8.100
Capital de Risco – Subscrição (c)	21
Capital de Risco – Crédito (d)	1.245
Capital de Risco – Mercado (e)	1
Capital de Risco – Operacional (f)	2
Redução por Correlação dos Riscos (g)	(11)
Capital de Risco (h) = (c)+(d)+(e)+(f)+(g)	1.258
<b>Capital Mínimo Requerido (i) = Maior entre (b) e (h)</b>	<b>8.100</b>
<b>Suficiência do PLA (a) – (i)</b>	<b>5.594</b>

Ativo	Nota Explicativa	31/12/21	Passivo e patrimônio líquido	Nota Explicativa	31/12/21
<b>Circulante</b>		<b>16.279</b>	<b>Circulante</b>		<b>2.568</b>
Disponível		92	Contas a pagar		2.103
Caixa e bancos		92	Obrigações a pagar	11.1	1.664
Aplicações	6	15.513	Impostos e encargos sociais a recolher	11.2	223
Créditos das operações com seguros	7	390	Encargos trabalhistas	11.3	210
Prêmios a Receber		390	Impostos e contribuições		6
Ativos de resseguro - Provisões técnicas	8	116	Débitos de operações com seguros e resseguros		210
Títulos e créditos a receber		105	Operações com resseguradoras	12.1	138
Outros créditos		105	Corretores de seguros e resseguros	12.1	72
Empréstimos e depósitos compulsórios		12	Provisões técnicas – Seguros	13	255
Custos de aquisição diferidos	9	51	Danos		255
Seguros		51			
<b>Não circulante</b>		<b>1.408</b>	<b>Não Circulante</b>		<b>125</b>
Realizável a longo prazo		38	Débitos de operações com seguros e resseguros		4
Créditos das operações com seguros	7	8	Operações com resseguradoras	12.1	4
Prêmios a Receber		8	Provisões técnicas – Seguros	13	121
Ativos de resseguro - Provisões técnicas	8	15	Danos		121
Custos de aquisição diferidos	9	15	<b>Patrimônio Líquido</b>	14	<b>14.994</b>
Seguros		15	Capital social		18.138
Imobilizado		70	Prejuízo acumulado		(3.144)
Outras imobilizações		70			
Intangível	10	1.300			
Outros intangíveis		1.300			
<b>Total do ativo</b>		<b>17.687</b>	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>17.687</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Avla Seguros Brasil S.A.

Demonstração do resultado para o período de 01 de julho (data do início das atividades da Seguradora) a 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto para o lucro por ação)



	Nota Explicativa	31/12/21
Prêmios emitidos		398
Variações das provisões técnicas de prêmios		(370)
<b>Prêmios ganhos</b>	15	<u>28</u>
<b>Sinistros ocorridos</b>	15	<u>(6)</u>
<b>Custos de aquisição</b>	15	<u>(6)</u>
<b>Resultado com resseguro</b>	16	<u>(12)</u>
Receitas com resseguro		2
Despesas com resseguro		(14)
<b>Despesas administrativas</b>	17	<u>(3.589)</u>
<b>Despesas com tributos</b>	18	<u>(23)</u>
<b>Resultado financeiro</b>	19	<u>464</u>
<b>Resultado operacional</b>		<u>(3.144)</u>
<b>Resultado antes dos impostos e participações</b>		<u>(3.144)</u>
<b>Prejuízo do período</b>		<u>(3.144)</u>
Quantidade de ações (mil)		25.750
Prejuízo por ação - R\$		(0,12)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Avla Seguros Brasil S.A.

Demonstração do resultado abrangente para o período de 01 de julho (data de início das atividades da Seguradora) a 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais)



31/12/21

**Prejuízo do período**

(3.144)

**Outros resultados abrangentes**

-

**Total dos resultados abrangentes**

(3.144)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Avla Seguros Brasil S.A.

Demonstração da mutação do patrimônio líquido para o período de 01 de julho (data de início das atividades da Seguradora) a 31 de dezembro de 2021  
(Em milhares de reais)



	Nota Explicativa	Capital Social	Prejuízo Acumulado	Total
<b>1º de julho de 2021 (data de início das atividade da Seguradora)</b>		-	-	-
Capital subscrito:				
Portaria SUSEP nº 7.855 de 17 de setembro de 2021	14 a	25.750	-	25.750
Capital a integralizar				
Portaria SUSEP nº 7.855 de 17 de setembro de 2021	14 a	(7.612)	-	(7.612)
Prejuízo do período		-	(3.144)	(3.144)
<b>Saldo final em 31 de dezembro de 2021</b>		<b>18.138</b>	<b>(3.144)</b>	<b>14.994</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Avla Seguros Brasil S.A.

Demonstração do fluxo de caixa para o período de 01 de julho (data de início das atividades da Seguradora) a 31 de dezembro de 2021 - Método indireto  
(Em milhares de reais)



31/12/21

### Atividades Operacionais

Prejuízo do período	(3.144)
Ajustes ao prejuízo do exercício:	
Depreciações e amortizações	33
Variação nas contas patrimoniais:	
Aplicações	(15.513)
Créditos das operações com seguros	(398)
Ativos de resseguro	(131)
Custos de aquisição diferidos	(66)
Outros ativos	(117)
Contas a pagar	2.103
Débitos de operações com seguros e resseguros	214
Provisões técnicas – Seguros	376

**Caixa líquido consumido nas atividades operacionais** (16.643)

### Atividades de Investimento

Aquisição de imobilizado	(73)
Aquisição de intangível	(1.330)

**Caixa líquido consumido nas atividades de investimento** (1.403)

### Atividades de financiamento

Aporte de capital	18.138
-------------------	--------

**Caixa líquido gerado nas atividades de investimento** 18.138

**Aumento/(redução) líquido/(a) de caixa e equivalente de caixa** 92

**Caixa e equivalente de caixa no início do período** -

**Caixa e equivalente de caixa no final do período** **92**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A AVLA Seguros Brasil S.A. (“Seguradora” ou “Companhia”), com sede na Av. Pres. Juscelino Kubitschek, 1455 - Sala 412 - Vila Nova Conceição, São Paulo - SP, é uma sociedade anônima, brasileira, de capital fechado, registrada na JUCESP em 11 de março de 2021, iniciando suas movimentações em 1º de julho de 2021, autorizada a operar pela Portaria SUSEP nº 7.855 de 17 de setembro de 2021, e tem como objetivo social a exploração das operações de seguros de danos e pessoas. A Companhia é uma controlada direta da Avla Brasil Participações Ltda., controlada pela Companhia Chilena Avla S.A.

Atualmente a Seguradora opera seguros de danos, tendo iniciado sua emissão em novembro de 2021, nos ramos de Crédito Interno e Garantia Segurado – Setor Público, na região sudeste.

## 2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

### (a) Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas conforme os dispositivos da Circular SUSEP nº 517/15 e Circular SUSEP 648/21, o que é aplicável para 2021, e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e normas do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), doravante denominadas “práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela SUSEP”. Essas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria em 7 de março de 2022.

### (b) Comparabilidade

Conforme descrito na nota explicativa 1, em virtude de a Seguradora ter iniciado as operações em 1º de julho de 2021, não é aplicável a comparabilidade de exercícios.

### (c) Continuidade

As referidas demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade operacional dos negócios.

#### (d) Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com o custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais no balanço patrimonial:

- Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado;
- Ativos financeiros disponíveis para venda mensurados pelo valor justo;
- Provisões técnicas, mensuradas de acordo com as determinações da SUSEP e CNSP.

#### (e) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional e de apresentação da Seguradora. exceto quando indicado, as informações estão expressas em milhares de reais (R\$(000)) e arredondadas para o milhar mais próximo.

#### (f) Utilização de estimativas e julgamento

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As notas explicativas listadas abaixo incluem: (i) informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras; (ii) informações sobre incertezas, sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste dentro do próximo período financeiro:

- Notas 3.2 e 3.13 (a) - Aplicações financeiras e instrumentos financeiros
- Nota 3.14 - Imposto de renda e contribuição social
- Nota 3.10 - Provisões técnicas

#### (g) Segregação entre circulante e não circulante

A Seguradora efetuou a segregação de itens patrimoniais em circulante quando atendem às seguintes premissas:

- Espera-se que seja realizado ou liquidado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional (12 meses) da Seguradora; e
- Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado.

(h) Normas, alterações e interpretações de normas existentes que ainda não estão em vigor e não foram adotadas antecipadamente pela Seguradora

Em julho de 2014, o IASB emitiu a versão final da IFRS 9 (CPC 48) - Instrumentos Financeiros, que reflete todas as fases do projeto de instrumentos financeiros e substitui a IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração e todas as versões anteriores da IFRS 9. A norma introduz novas exigências sobre classificação e mensuração, perda por redução ao valor recuperável e contabilização de hedge. A IFRS 9 está em vigência para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2018 ou após essa data, não sendo permitida a aplicação antecipada. É exigida aplicação retrospectiva, não sendo obrigatória, no entanto, a apresentação de informações comparativas. A adoção da IFRS 9 terá efeito sobre a classificação e mensuração dos ativos financeiros da Seguradora, não causando, no entanto, nenhum impacto relevante sobre os valores atualmente registrados. A SUSEP ainda não aprovou o referido IFRS.

O IFRS 17 (CPC 50) “Contratos de Seguros” (emitido em maio de 2017) estabelece princípios para reconhecimento, mensuração e apresentação e divulgação de contratos de seguros emitidos. Também requer princípios similares a serem aplicados aos contratos de resseguro detidos e contratos de investimento com características de participação discricionária emitidos. O objetivo é garantir que as entidades forneçam informações relevantes de forma a que fielmente represente esses contratos. O IFRS 17 é aplicável a partir de 1º janeiro de 2023, sendo permitida a aplicação antecipada. A Seguradora está avaliando os impactos e aguardando a publicação das normas regulatórias (SUSEP).

A Seguradora pretende adotar as normas aplicáveis quando elas entrarem em vigor. Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto relevante no patrimônio líquido ou no resultado da Seguradora.

### 3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas pela Seguradora para os registros das transações são as seguintes:

#### 3.1. CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

São considerados caixa e equivalentes, os saldos em caixa, em contas movimento e conta arrecadação na data do balanço, com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado.

### *3.2. APLICAÇÕES FINANCEIRAS*

Os títulos da Seguradora foram classificados na categoria para negociação, que são títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem negociados, avaliados ao valor justo através do resultado e com liquidez imediata, em linha com o parágrafo 3º, artigo 134 da Circular 517/15 da SUSEP.

### *3.3. ATIVOS E PASSIVOS CIRCULANTES E NÃO CIRCULANTES*

Os ativos e os passivos circulantes e não circulantes, são apresentados pelos valores de realização ou compromissos estabelecidos nas contratações, respectivamente, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos ou encargos incorridos até a data do encerramento do exercício. Os valores são classificados como não circulantes quando seus vencimentos ultrapassam o prazo de 12 (doze) meses subsequentes às respectivas datas bases.

### *3.4. REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL (“IMPAIRMENT”)*

Os valores de contabilização dos ativos não financeiros são avaliados a cada data de balanço para determinar se há alguma indicação de impairment, sendo estimado o valor recuperável do ativo. É reconhecida uma perda por impairment no montante pelo qual o valor contábil do ativo exceda seu valor recuperável, que é o maior valor entre o preço líquido de venda e seu valor de uso.

Uma perda por impairment é revertida se houver mudança nas estimativas utilizadas para determinação do valor recuperável e é revertida somente na extensão em que o valor de contabilização do ativo não exceda o valor de contabilização que teria sido determinado, líquido de depreciação e amortização.

### *3.5. CONTRATOS DE ARRENDAMENTO – CPC 06 (R2)*

O CPC 06 (R2) – Arrendamentos consiste em reconhecer pelo valor presente dos pagamentos futuros, os contratos de arrendamentos com prazo superior a 12 meses e com valores substanciais dentro do balanço patrimonial dos arrendatários. A norma determina que esse reconhecimento será através de um ativo de direito de uso e de um passivo de arrendamento que serão realizados por meio de despesa de depreciação dos ativos de arrendamento e despesa financeira oriundas dos juros sobre o passivo. Anteriormente as despesas desses contratos eram reconhecidas diretamente no resultado do período em que ocorriam.

A Companhia não possui contratos de arrendamento no período.

### *3.6. PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS*

A Seguradora não possui nenhum investimento societário em outras Companhias.

### *3.7. ATIVO IMOBILIZADO*

O imobilizado é contabilizado ao custo de aquisição e ajustado pela depreciação no período. A depreciação é reconhecida no resultado pelo método linear, considerando a vida útil econômica estimada dos ativos. Utilizando uma taxa anual de 20% para os itens de informática.

### *3.8. ATIVO INTANGÍVEL*

O intangível é composto por softwares, ajustado pela amortização no período. A amortização é reconhecida no resultado pelo método linear, considerando a vida útil econômica estimada dos ativos. As taxas de amortizações utilizadas estão divulgadas na nota explicativa nº 10.

### *3.9. PRÊMIOS DE SEGURO, DESPESAS DE COMERCIALIZAÇÃO E RESSEGURO*

Os prêmios de seguros e despesas de comercialização são apropriados ao resultado quando da emissão ou vigência das respectivas apólices de seguro, o que ocorrer primeiro, e diferidos para apropriação, em bases lineares, no decorrer do prazo de vigência das apólices, por meio de constituição e reversão das provisões de prêmios e da despesa de comercialização diferida. Consoante regulamentação da SUSEP, as receitas de prêmios e as correspondentes despesas de comercialização, relativas a riscos vigentes ainda em emissão das respectivas apólices, são reconhecidas no resultado do período com base em estimativas atuariais.

O Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) a recolher, incidente sobre os prêmios a receber, é registrado no passivo da Seguradora e é retido e recolhido simultaneamente no recebimento do prêmio.

As despesas de resseguro cedidos são reconhecidas de acordo com o respectivo prêmio de seguro (resseguro proporcional) e/ou de acordo com o contrato de resseguro (resseguro não proporcional).

### 3.10. PROVISÕES TÉCNICAS

As provisões técnicas são constituídas e calculadas de acordo com as determinações e critérios estabelecidos pelo Conselho Nacional de Seguros Privados e pela Superintendência de Seguros Privados, instituídas através da Resolução CNSP nº 321/2015 e suas alterações, e da Circular SUSEP nº 517/2015 e suas alterações.

- (a) A Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG) é constituída para a cobertura dos valores a pagar relativos a sinistros e despesas que venham a ocorrer, ao longo da vigência das apólices, referente aos riscos assumidos na data-base de cálculo. É calculada com base no valor dos prêmios correspondentes ao período ainda não decorrido de cobertura de risco, calculada pelo método "pro rata die".
- (b) A Provisão de Prêmios Não Ganhos para Riscos Vigentes e Não Emitidos (PPNG-RVNE) corresponde a uma parcela estimada da PPNG referente a riscos cuja vigência já tenha se iniciado, mas cuja emissão ocorreu posteriormente. A metodologia de cálculo é realizada de acordo com a Circular SUSEP nº 517/2015 e suas alterações.
- (c) A Provisão de Sinistros Ocorridos e Não Avisados (IBNR) é constituída para a cobertura dos valores esperados a liquidar relativos a sinistros ocorridos e não avisados até a data-base de cálculo. A estimativa de IBNR para os ramos de Crédito Interno e Garantia Segurado – Setor Público em função do baixo histórico da Seguradora, são utilizados fatores de IBNR de acordo com os verificados no mercado.

### 3.11. TESTE DE ADEQUAÇÃO DE PASSIVOS

O teste de adequação de passivos (TAP) é elaborado para todos os contratos vigentes na data de execução do teste. Esse teste é elaborado considerando-se como valor contábil todos os passivos de contratos de seguro, deduzidos dos custos de aquisição diferidos (ativo), conforme critérios do CPC 11 e da SUSEP. Para o teste, desenvolveu-se uma metodologia que considera a melhor estimativa de todos os fluxos de caixa futuros, que também incluem as despesas incrementais e de liquidação de sinistros, utilizando-se premissas atualizadas. Para os ramos de risco decorrido, são levados em consideração os prêmios ganhos observados para efetuar a melhor estimativa de receita de prêmios no período subsequente à data-base de cálculo.

Na determinação das estimativas dos fluxos de caixa futuros, os contratos são agrupados por similaridades ou características de risco. Os fluxos de caixa são trazidos a valor presente a partir de premissas de taxas de juros livres de risco. Caso seja identificada qualquer insuficiência no TAP, registra-se a perda imediatamente como uma despesa no resultado do exercício, constituindo a Provisão Complementar de Cobertura.

### 3.12. ESTIMATIVAS DE PRÊMIOS DE RISCOS VIGENTES, MAS NÃO EMITIDOS

Prêmio de Riscos Vigentes, Mas Não Emitidos (Prêmio de RVNE) – representa o valor de prêmios que a Seguradora estima que será emitido após o início de vigência da apólice, ou seja, riscos que estão vigentes, mas ainda não tiveram seus prêmios emitidos pela Seguradora. A metodologia de cálculo é baseada na construção de triângulos de run-off, que consiste em obter a evolução dos valores de prêmios vigentes relacionando a data de vigência e a data de emissão.

### 3.13. AVALIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS

#### (a) Ativos financeiros

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são registrados com base em preço de negociação. Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública, a Seguradora estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação que incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros e referência a outros instrumentos

que são substancialmente similares, fazendo o maior uso possível de informações geradas pelo mercado. O valor justo dos ativos classificados como “Títulos para Negociação” e “Títulos para venda” baseia-se na seguinte hierarquia:

- Nível 1: preços cotados e não ajustados, em mercados ativos para ativos idênticos.
- Nível 2: classificado quando se utiliza de uma metodologia de fluxo de caixa descontado ou outra metodologia de precificação do ativo com base comparativa com dados observáveis no mercado.
- Nível 3: ativo que não seja precificado com base em dados observáveis no mercado e a Seguradora utiliza de premissas internas para determinação do seu valor justo.

Os preços são definidos ou acompanhados conforme segue: (i) Títulos públicos - apurados com base nos preços de mercado secundário divulgados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - (ANBIMA), (ii) Certificados de Depósitos Bancários (CDB) e Letras Financeiras (LF) são registrados ao custo, acrescido dos rendimentos incorridos, que se aproximam de seu valor justo. Os ativos dos fundos de investimento são ajustados ao valor justo, em consonância com a regulamentação específica aplicável a essas entidades.

#### (b) Passivos financeiros

O reconhecimento de um passivo financeiro no balanço patrimonial é efetuado quando for provável que uma saída de recursos seja exigida em liquidação de uma obrigação contratual de determinada importância em moeda ou em

instrumentos financeiros. Os passivos financeiros contemplam substancialmente obrigações com prestadores de serviços e contas a pagar reconhecidos pelo valor justo.

### 3.14. IMPOSTO DE RENDA, CONTRIBUIÇÃO SOCIAL, PIS e COFINS

O imposto de renda é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescido de 10% sobre a parcela do lucro tributável anual excedente a R\$240 (R\$120 no semestre) e a contribuição social sobre o lucro líquido foi calculada à alíquota de 15% sobre o lucro tributável até o mês de junho de 2021 a partir de julho de 2021 foi calculado à alíquota de 20% sobre o lucro tributável conforme Medida Provisória 1034.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido.

O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável calculado com base nas alíquotas vigentes na data de balanço.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis. Requer a utilização de julgamento da Administração da Companhia na determinação das estimativas futuras quanto à capacidade de geração de lucros futuros tributáveis, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. Considerando o atual momento da empresa, que está no início das operações, julgamos que o mais prudente é não reconhecer os créditos tributários diferidos neste período. Vide quadro abaixo com a composição:.

Natureza	IR	CS	Total
Prejuízo fiscal/Base negativa	645	388	1.033
Diferença temporária	137	83	220
Total	782	471	1.253

As contribuições para o PIS e a COFINS são calculadas pela alíquota de 0,65% e 4%, respectivamente, na forma da legislação vigente.

### 3.15 APURAÇÃO DO RESULTADO

O resultado é apurado pelo regime contábil de competência. As receitas oriundas dos prêmios de contratos de seguro são reconhecidas no momento da emissão da apólice ou quando iniciada a vigência do risco (o que ocorrer primeiro), pro-rata die de acordo com a cobertura do risco das respectivas apólices, através da constituição ou reversão da PPNG. O imposto sobre operações financeiras (IOF) a recolher incidente sobre os prêmios a receber é registrado no passivo da Seguradora, retido e recolhido simultaneamente no recebimento do prêmio. Os custos de aquisição são diferidos e apropriados ao resultado proporcionalmente ao reconhecimento do prêmio ganho.

## 4. GESTÃO DE RISCOS

A Companhia está exposta a um conjunto de riscos inerentes às suas atividades e, para gerir estes riscos, possui uma série de princípios, diretrizes, ações, papéis e responsabilidades necessários à identificação, avaliação, tratamento e controle dos riscos.

Nesse contexto, o gerenciamento dos riscos é exercido de modo integrado e independente e valorizando o ambiente de decisões colegiadas. As decisões são pautadas em fatores que combinam o retorno sobre o risco mensurado, permitindo seu alinhamento na definição dos objetivos comerciais e promovem o acultramento dos colaboradores em todos os níveis hierárquicos.

### 4.1 RISCO DE CRÉDITO

O risco de crédito consiste no risco de uma contraparte causar perda financeira ao não liquidar uma obrigação, e decorre principalmente de aplicações financeiras e créditos de operações com seguradoras e resseguradoras.

- (a) **Aplicações financeiras:** para o gerenciamento deste risco, a Companhia possui políticas e processos de monitoramento mensais para garantir que limites ou determinadas exposições não sejam excedidos. Para determinação dos limites são avaliados critérios que contemplam a capacidade financeira
- (b) **Prêmios a receber:** é a possibilidade de perda devido ao não pagamento dos prêmios por parte dos segurados. Para mitigação destes riscos são estabelecidas regras de aceitação que incluem análise do risco de crédito dos segurados, fundamentadas em informações de agências de mercado, assim como, no caso de inadimplência, a cobertura de sinistros poderá ser cancelada conforme produto, regulamentação vigente e relacionamento com o cliente.

(c) **Cessão de resseguro:** Os créditos relativos às operações de resseguro têm como contraparte os respectivos grupos resseguradores nacionais e internacionais, conforme detalhado na tabela a seguir, que demonstra o risco de crédito em operações com resseguradoras, segregadas por classe, categoria de risco (rating) e percentual de participação de cada resseguradora em relação à exposição total:

Classe	Resseguradora	Rating	Exposição (%)
Admitida	Lloyd's	AA-	24,5
Admitida	Partner Reinsurance Europe SE	AA-	17,5
Eventual	Validus Reinsurance	A-	15,0
Eventual	MS Amlin AG	A	15,0
Eventual	Reaseguradora Patria S.A	BBB+	12,0
Eventual	Delcredere/Ducroire	AA-	6,0
Eventual	R+V Versicherung AG	AA-	5,0
Local	Austral Resseguradora S.A	AAA	5,0

#### 4.2 RISCO DE MERCADO

O risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas devidas a oscilações nos preços e taxas de mercado das posições mantidas em carteira. Visto o perfil dos negócios da Companhia, sua maior exposição está relacionada ao risco de taxa de juros.

	<u>31/12/21</u>
Inflação (IPCA/IGPM)	41,6%
Pós-fixados (SELIC/CDI)	53,5%
Outros	4,9%

#### 4.3 RISCO DE SUBSCRIÇÃO

O risco de subscrição é definido como a possibilidade de ocorrência de eventos que contrariem as expectativas e que possam comprometer significativamente o resultado das operações e o patrimônio líquido, incluindo falhas na precificação ou estimativas de provisionamento. A Companhia opera com a emissão de seguros de riscos financeiros.

O quadro abaixo demonstra a concentração de risco por região baseado, baseado no valor dos prêmios emitidos diretos:

---

**RISCOS FINANCEIROS**

Localidade	<u>31/12/21</u>
Sudeste	100,0%

**4.4 RISCO OPERACIONAL**

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos incluindo o risco legal.

A atividade de monitoramento e gerenciamento de risco operacional é executada de forma corporativa, utilizando

para isso processo formal para identificar os riscos e as oportunidades, estimar o impacto potencial desses eventos e fornece métodos para tratar esses impactos, reduzir as ameaças até um nível aceitável.

**5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA (\*)**

	<u>31/12/21</u>
Caixas e bancos	92
	<u>92</u>

(\*) Vide nota 3.1.

## 6. APLICAÇÕES

### 6.1 ATIVOS FINANCEIROS AO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO - TÍTULOS PARA NEGOCIAÇÃO

	31/12/21	
	Nível 2	Total
Fundos abertos		
Cotas de fundos de investimentos - Renda fixa	15.513	15.513
	<u>15.513</u>	<u>15.513</u>
Circulante		15.513
Percentual das aplicações classificadas nesta categoria:		100%

### 6.2 MOVIMENTAÇÕES DAS APLICAÇÕES

	<u>31/12/21</u>
Saldo Inicial	-
Aplicações	18.000
Resgates	(2.956)
Rendimentos	469
<b>Saldo final</b>	<u><u>15.513</u></u>

### 6.3 TAXAS DE JUROS CONTRATADAS

Taxas de juros médias contratadas das aplicações financeiras:

	<u>Taxas de juros %(a.a)</u>
	<u>31/12/21</u>
Fundos abertos	
SELIC/CDI	0,37

## 7. CRÉDITOS DAS OPERAÇÕES COM SEGUROS

### 7.1 PRÊMIOS A RECEBER

	<u>31/12/21</u>
Riscos Financeiros	398
	<u>398</u>
Circulante	390
Não circulante	8

### 7.2 COMPOSIÇÃO DOS VENCIMENTOS (\*)

	<u>31/12/21</u>
A vencer	343
Vencidos de 1 a 30 dias	55
	<u>398</u>

(\*) O prazo médio de parcelamento é de 3 meses.

### 7.3 MOVIMENTAÇÃO

	<u>31/12/21</u>
Saldo Inicial	-
Prêmios Emitidos	703
RVNE	12
IOF	4
Prêmios Cancelados	(316)
Recebimentos	(5)
	<u>398</u>

8. *ATIVOS DE RESSEGURO – PROVISÕES TÉCNICAS*

	<u>31/12/21</u>
Provisão de prêmios não ganhos	206
Despesas de comercialização diferidas	(77)
Sinistros ocorridos mas não avisados - IBNR	2
	<u>131</u>
Circulante	116
Não circulante	15

9. *CUSTO DE AQUISIÇÃO DIFERIDO – DAC (\*)*

	<u>31/12/21</u>
Riscos Financeiros	66
	<u>66</u>
Circulante	51
Não circulante	15

(\*) O prazo médio de diferimento dos custos de aquisições diferidos sobre prêmios retidos é de 53 meses.

9.1 *MOVIMENTAÇÃO*

	<u>31/12/21</u>
Saldo Inicial	-
Constituição	72
Apropriação despesa	(6)
<b>Saldo final</b>	<u><u>66</u></u>

10. INTANGÍVEL (\*)

	<u>31/12/21</u>
Saldo Inicial	-
Custo	1.330
Amortização	(30)
<b>Saldo final</b>	<u>1.300</u>
Taxa de amortização - Anual (%)	20,0

(\*) Refere-se, substancialmente, a desenvolvimento tecnológico para início da operação.

11. CONTAS A PAGAR

11.1 OBRIGAÇÕES A PAGAR

	<u>31/12/21</u>
Fornecedores	1.108
Gratificações	550
Outras	6
	<u>1.664</u>
Circulante	1.664

11.2 IMPOSTOS E ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER

	<u>31/12/21</u>
INSS e FGTS	122
IRRF	93
Outros	8
	<u>223</u>
Circulante	223

11.3 ENCARGOS TRABALHISTAS

Refere-se, substancialmente, às provisões de férias.

12. DÉBITOS DE OPERAÇÕES COM SEGUROS E RESSEGUROS

12.1 OPERAÇÕES COM RESSEGURADORAS

	<u>31/12/21</u>			
	<u>Resseguradoras locais</u>	<u>Resseguradoras admitidas</u>	<u>Resseguradoras eventuais</u>	<u>Total</u>
Prêmios de resseguro	11	94	118	223
Comissões sobre prêmios cedidos em resseguro	(4)	(36)	(45)	(85)
Prêmios de resseguro - RVNE	-	2	2	4
	<u>7</u>	<u>60</u>	<u>75</u>	<u>142</u>
Circulante				138
Não Circulante				4

12.2 *CORRETORES DE SEGUROS E RESSEGUROS*

Refere-se a comissões a pagar aos corretores por ocasião das emissões de prêmios.

13. *PROVISÕES TÉCNICAS - SEGUROS*

	<u>31/12/21</u>
Provisão de prêmios não ganhos	370
Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados - IBNR	6
	<u>376</u>
Circulante	255
Não circulante	121

As premissas adotadas no cálculo do TAP consideram projeções atuariais de sinistralidade esperada e despesa administrativa. As estimativas correntes dos fluxos de caixa são descontadas a valor presente com base nas estruturas a termo da taxa de juros (ETTJ) livre de risco definidas pela SUSEP. É prevista alteração na metodologia empregada para apuração das taxas de juros para os exercícios posteriores por conta das alterações normativas. Essas alterações poderão ser de carácter relevante na análise da provisão Complementar de Cobertura.

De acordo com a conclusão do TAP realizado na data-base de 31 de dezembro de 2021, não foram identificadas necessidades de constituição da Provisão Complementar de Cobertura.

13.1 *MOVIMENTAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DE SEGUROS*

	<u>31/12/21</u>
Constituições decorrentes de prêmios	381
Diferimento pelo risco decorrido	(11)
Constituição - IBNR	6
	<u>376</u>

#### 14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

##### (a) CAPITAL SOCIAL

Em 31 de dezembro de 2021, o capital totalmente subscrito, a ser totalmente integralizado era de R\$ 25.750, dividido em 25.750.000, ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. De acordo com a Portaria SUSEP nº 7.855 de 17 de setembro de 2021. A Companhia possui o montante de R\$ 7.612 a integralizar, até setembro de 2022.

##### (b) PATRIMÔNIO LÍQUIDO AJUSTADO (PLA) E CAPITAL MÍNIMO REQUERIDO (CMR)

	<u>31/12/21</u>
<b>Patrimônio líquido</b>	<b>14.994</b>
Ajustes Contábeis	(1.300)
<b>Patrimônio líquido ajustado - PLA (a)</b>	<b>13.694</b>
<b>Capital Base (b)</b>	<b>8.100</b>
Capital risco de subscrição (c)	21
Capital risco de crédito (d)	1.245
Capital de risco de Mercado (e)	1
Capital risco operacional (f)	2
Redução por correlação dos riscos (g)	(11)
<b>Capital de risco (h) = (c) + (d) + (e) + (f) + (g)</b>	<b>1.258</b>
<b>Capital Mínimo Requerido - CMR - (i) - maior entre (b) e (h)</b>	<b>8.100</b>
<b>Suficiência de capital - (a) - (i)</b>	<b>5.594</b>

#### 15. PRÊMIOS, SINISTRALIDADE E COMISSONAMENTO

	<u>31/12/21</u>		
	<u>Prêmios</u>	<u>Sinistralida-</u>	<u>Comissiona-</u>
	<u>ganhos</u>	<u>de (%)</u>	<u>mento (%)</u>
Garantia Segurado – Setor Público	27	22,2%	22,2%
Crédito Interno	1	-	-
	<u>28</u>	<u>22,2%</u>	<u>22,2%</u>

Não foram observados registros de sinistros até 31 de dezembro de 2021. Dessa forma, tem-se como melhor expectativa de sinistralidade para as carteiras operacionalizadas pela AVLA, o comportamento similar à sinistralidade observada no mercado segurador brasileiro no ano de 2021, conforme apurado pelas divulgações do Sistema Estatístico da SUSEP - SES, demonstrado a seguir:

Sinistralidade esperada:

GRUPO DE RAMOS	SINISTRALIDADE OBSERVADA PARA O MERCADO
07	14,61%

Fonte: SES – 202101 a 202112

Os sinistros registrados em balanço em 31/12/2021, referem-se à variação da provisão de IBNR, bruto de resseguro, no montante de R\$ 6 e líquido de resseguro no montante de R\$ 4.

#### 16. RESULTADO COM RESSEGURO

	<u>31/12/21</u>
Prêmios de resseguro cedidos	(228)
Comissões sobre prêmios cedidos em resseguro	85
Variação das despesas de resseguro	129
Sinistros Ocorridos mas não avisados - IBNR	2
	<u><u>(12)</u></u>

#### 17. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	<u>31/12/21</u>
Pessoal Próprio	(2.851)
Serviços de Terceiros	(580)
Localização e Funcionamento	(125)
Publicações	(12)
Publicidade e Propaganda	(8)
Outras despesas administrativas	(13)
	<u><u>(3.589)</u></u>

*18. DESPESAS COM TRIBUTOS*

	<u>31/12/21</u>
COFINS	(20)
PIS	(3)
	<u><u>(23)</u></u>

*19. RESULTADO FINANCEIRO*

Refere-se substancialmente ganhos na valorização de títulos para negociação.

*20. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS*

As operações realizadas entre partes relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas.

Gastos referentes ao desenvolvimento de sistemas para o início da operação no Brasil, desembolsados pela empresa do grupo, Avla Servicios S.A, no montante de R\$ 901 registrados na rubrica Obrigações a pagar.

*21. EVENTOS SUBSEQUENTES*

Não foram identificados eventos subsequentes pela Administração da Companhia, no período de elaboração das demonstrações financeiras.